



**Linha Amarela S.A. – LAMSA**  
**Relatório do Auditor Independente acompanhado**  
**das Demonstrações Contábeis**  
Em 31 de dezembro de 2016



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do Auditor Independente	3
Demonstrações Contábeis	7
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	13

# Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar  
Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150  
[www.granthornton.com.br](http://www.granthornton.com.br)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Linha Amarela S.A. - LAMSA**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas  
Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.2 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes à fatos sob investigação envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia no âmbito das

operações “Lava Jato” e “Greenfield”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esse assunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Outros assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

A handwritten signature in blue ink that reads "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

## BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.962	6.164
Aplicações financeiras	5	1.432	3.370
Contas a receber	6	16.913	17.775
Debêntures	9	12.848	12.848
Partes relacionadas	9	100	557
Indenizações de seguros		2	7.763
Instrumentos financeiros derivativos	22.h	-	2.766
Outros créditos		558	596
Despesas antecipadas		1.621	2.203
Total do ativo circulante		<u>68.436</u>	<u>54.042</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Debêntures	9	120.981	133.828
Depósitos judiciais	8	3.270	3.051
Imobilizado	10	25.430	25.855
Intangível	11	375.526	359.437
Total do ativo não circulante		<u>525.207</u>	<u>522.171</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>593.643</u></u>	<u><u>576.213</u></u>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		2.897	4.181
Empréstimos e financiamentos	12	32.514	11.701
Debêntures	13	38.235	32.227
Tributos a recolher	7.b	10.563	18.163
Obrigações trabalhistas		5.918	5.425
Dividendos e juros sobre capital próprio	9 e 15	5.972	-
Partes relacionadas	9	553	1.249
Instrumentos financeiros derivativos	22.h	9.396	-
Total do passivo circulante		<u>106.048</u>	<u>72.946</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	50.611	44.565
Debêntures	13	303.469	335.696
Tributos a recolher	7.b	3.181	-
Provisão para riscos	14	745	534
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	4.737	4.488
Total do passivo não circulante		<u>362.743</u>	<u>385.283</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	15	54.118	54.118
Reservas de lucros		10.824	10.824
Dividendos adicionais		59.910	53.042
Total do patrimônio líquido		<u>124.852</u>	<u>117.984</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>593.643</u></u>	<u><u>576.213</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita líquida de serviços	16	258.128	272.228
Receita de construção	16	31.268	42.876
RECEITA LÍQUIDA		<u>289.396</u>	<u>315.104</u>
Custo dos serviços prestados	17	(69.799)	(61.034)
Custos de construção	17	<u>(31.081)</u>	<u>(42.534)</u>
LUCRO BRUTO		<u>188.516</u>	<u>211.536</u>
Despesas e receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(27.452)	(23.473)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	<u>1.852</u>	<u>(153)</u>
LUCRO ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS		<u>162.916</u>	<u>187.910</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	18	48.696	23.430
Despesas financeiras	18	<u>(83.643)</u>	<u>(50.980)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>127.969</u>	<u>160.360</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.c	(41.091)	(50.843)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.c	<u>(249)</u>	<u>(590)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>86.629</u>	<u>108.927</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais - R\$)	19	<u>0,556</u>	<u>0,699</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



LINHA AMARELA S.A. - LAMSADEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>86.629</u>	<u>108.927</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>86.629</u></u>	<u><u>108.927</u></u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

LINHA AMARELA S.A. - LAMSADEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucros Legal</u>	<u>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		54.118	10.824	50.010	-	114.952
Dividendos pagos por ação	15.c	-	-	(50.010)	-	(50.010)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	108.927	108.927
Juros sobre capital próprio	15.c	-	-	-	(2.702)	(2.702)
Dividendos antecipados	15.c	-	-	-	(53.183)	(53.183)
Dividendos adicionais a distribuir	15.c	-	-	53.042	(53.042)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>53.042</u>	<u>-</u>	<u>117.984</u>
Dividendos pagos por ação	15.c	-	-	(53.042)	-	(53.042)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	86.629	86.629
Dividendos antecipados por ação	15.c	-	-	-	(21.739)	(21.739)
Juros sobre capital próprio	15.c	-	-	-	(4.980)	(4.980)
Dividendos adicionais a distribuir	15.c	-	-	59.910	(59.910)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>59.910</u>	<u>-</u>	<u>124.852</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		127.969	160.360
Ajustes:			
Margem de construção		(187)	(342)
Depreciação e amortização		18.206	6.805
Prejuízo baixa de bens do imobilizado, intangível e investimento		233	260
Provisão para riscos		211	29
Ajuste de operação de instrumentos financeiros derivativos	22.g	12.162	(2.766)
Variações monetárias, cambiais e encargos – líquidas		9.653	29.472
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber de clientes	6	(2.343)	(890)
Despesa antecipada		582	(321)
Indenização de seguros		7.799	(4.256)
Partes relacionadas	9	3.662	523
Depósitos judiciais		(219)	-
Outros créditos		-	364
<b>(Aumento) redução nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		154	1.369
Impostos, taxas e contribuições		3.442	(4.059)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(49.699)	(48.129)
Obrigações trabalhistas		493	(229)
Partes relacionadas		(696)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>131.422</u>	<u>138.190</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicação financeira		4.875	4.367
Recebimento de principal sobre debêntures	9	12.847	7.494
Recebimento de juros sobre debêntures	9	15.713	17.855
Aquisição de imobilizado	10	(2.499)	(7.457)
Aquisição de intangível	11	(32.855)	(40.819)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.919)</u>	<u>(18.560)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	50.000	49.500
Pagamento do principal de debêntures e empréstimos e financiamentos	12 e 13	(38.666)	(18.798)
Pagamento de juros sobre debêntures e empréstimos e financiamentos	12 e 13	(38.997)	(44.800)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pago	15.c	-	(104.892)
Dividendos pagos		(73.042)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(100.705)</u>	<u>(118.990)</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u>28.798</u>	<u>640</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		6.164	5.524
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>34.962</u>	<u>6.164</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u>28.798</u>	<u>640</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS  
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		312.328	339.439
Prestação de serviço	16	282.799	298.366
Receita de construção	16	31.268	42.876
Perda efetiva do contas a receber		(3.803)	(1.833)
Outras receitas		2.064	30
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(70.195)	(84.152)
Custos de serviços prestados		(23.183)	(23.073)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(15.688)	(18.240)
Custo de construção	17	(31.081)	(42.534)
Outros		(243)	(305)
Valor adicionado bruto		<u>242.133</u>	<u>255.287</u>
Retenções	10 e 11	(18.206)	(6.805)
Depreciação e amortização		(18.206)	(6.805)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>223.927</u>	<u>248.482</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	48.696	23.430
Valor adicionado total a distribuir		<u>272.623</u>	<u>271.912</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>272.623</u>	<u>271.912</u>
Pessoal e encargos		30.615	28.265
Remuneração direta		23.209	21.484
Benefícios		6.271	5.571
FGTS		1.121	1.174
Outros		14	36
Impostos, taxas e contribuições		71.484	83.191
Federais		56.686	67.468
Municipais		14.349	15.248
Estaduais		449	475
Remuneração capital de terceiros		83.895	51.529
Juros		39.416	48.300
Aluguéis		419	681
Outros		44.060	2.548
Remuneração de capital próprio		86.629	108.927
Lucros retidos		59.910	53.042
Dividendos		21.739	53.183
Juros sobre capital próprio		4.980	2.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

##### 1.1) Operações da Companhia

Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ – Brasil foi fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A LAMSA foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em dezembro de 2037, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

A LAMSA é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), que detém a totalidade do capital da Companhia. Na operação da LAMSA não há o efeito de sazonalidade devido a característica da via.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$37.612 (capital circulante líquido negativo de R\$18.904 em 31 de dezembro de 2015), devido, principalmente, a dívidas de financiamentos e debêntures no montante, respectivamente, de R\$32.514 e R\$38.235 ambos no curto prazo, para execução de seus investimentos, sendo o principal revitalização de obras de artes especiais da via.

A Administração, baseada nos orçamentos estima que o fluxo de caixa das operações será suficiente para cumprir com os compromissos de curto prazo.

##### 1.2) Diligência em Acionista, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da “Operação Lava Jato” foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela Invepar ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a Invepar divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério

Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

## 2. PRINCIPAIS POLITICAS CONTÁBEIS

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 28 de março de 2017.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

### a) Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

## 2.1. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

## 2.2. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

## 2.3. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

### a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 30 - Receitas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

### b) Receitas de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) – Receitas. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.6. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.7. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.



## 2.8. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativo intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível da concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente

## 2.9. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## 2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

## 2.11. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	5,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos

tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

## 2.12. Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, incluindo plano de contribuição definida, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

### **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefícios pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

### **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

## 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de

despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

#### 2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

#### 2.15. Instrumentos financeiros

##### a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

##### b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

##### *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge*. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

#### 2.16. Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

#### 2.17. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

#### 2.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as

respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

### Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### *Impostos*

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível,

contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

*Participação nos lucros e resultado (“PLR”)*

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

*Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.19. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:
  - IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.
  - IAS 12 – Tributo sobre o lucro – Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.
- b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:
  - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
  - IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
  - IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os

efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – *Leasing* – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não deverão representar impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

### 3. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Após período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio no 1º dia de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (“IPCA-E”). O reajuste referente ao ano de 2016 se encontra em negociação com o poder concedente, continuamos a praticar os valores das tarifas ajustadas em 04 de janeiro de 2015.

Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), estimada em R\$62.850, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se estendendo até 2022.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente a melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição;
- Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Democráticos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira;



- Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende;
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente à Fiocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho;
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha;
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha;
- Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno;
- Ampliação do viaduto de Manginhos e de seus acessos; e
- Urbanização de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajuste da tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	8.494	2.005
Certificados de depósitos bancários - CDB	26.468	4.159
Caixa e equivalentes de caixa	<u>34.962</u>	<u>6.164</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. Em 31 de dezembro de 2016 a taxa média de rentabilidade destas aplicações é de 100,80% do CDI (95% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa média</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante – Não vinculado					
Fundo de investimento CAIXA Mover (a)	97%		nov/26(*)		
Letras financeiras do tesouro		SELIC		21	1.025
Certificados de depósito bancário - CDB		DI		1.403	1.036
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional		IPCA		8	84
Debêntures		DI		-	1.225
				<u>1.432</u>	<u>3.370</u>

- (a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a

qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da Invepar e/ou sempre mediante prévia autorização da Invepar, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo a Invepar, LAMSA e a Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”). O MetroBarra S.A. (“METROBARRA”) participou do fundo até julho de 2016, a Concessionária BR-040 S.A. (“Via 040”) e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”) participaram do fundo até dezembro de 2016, meses em que houve o resgate do saldo total aplicado.

(\*) Apesar do vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento.

## 6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valores a receber de pedágio		
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S/A - CGMP	13.602	12.594
PEX S.A.	1.469	4.674
CONNECTCAR S.A.	942	224
AUTO EXPRESSO DBTRANS	218	172
Vale pedágio	116	111
Outros recebíveis	566	-
	<u>16.913</u>	<u>17.775</u>

Através da adesão aos meios de pagamentos supracitados, o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via. Em 31 de dezembro de 2016 não havia valores vencidos no contas a receber da Companhia referentes a esta modalidade de cobrança, seu prazo médio de recebimento é de 40 dias. (Ver nota explicativa nº 9 - PARTES RELACIONADAS).

A Companhia não constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), reconhecendo como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 365 dias do reconhecimento do crédito.

Durante o exercício de 2016, a Companhia reconheceu R\$3.803 como perda definitiva.

## 7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Participação nos lucros e resultado (PLR)	708	730
Provisões para riscos	253	184
Provisões não dedutíveis	462	782
Variação cambial e instrumentos financeiros derivativos	(1.089)	(942)
Amortização de Direito de Concessão (*)	(2.378)	(2.491)
Margem de construção (*)	(2.515)	(2.635)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(178)	(116)
	<u>(4.737)</u>	<u>(4.488)</u>
Impostos diferidos - Ativo	1.423	1.696
Impostos diferidos - Passivo	(6.159)	(6.184)

(\*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do Regime Tributário de Transição ("RTT"), até 31/12/2014, são constituídos sobre a margem de construção e amortização do direito de concessão e são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$19 pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia.

Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/12/2016</u>
2017	1.196
2018	25
2019	25
2020	25
2021	25
2022 a 2024	75
2025 a 2026	52
	<u>1.423</u>

b) Tributos a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.444	15.052
Tributos em parcelamento (*)	1.032	-
PIS e COFINS	1.008	986
ISS	1.208	1.461
IRRF e CSRF	811	457
INSS sobre terceiros	60	207
Total circulante	<u>10.563</u>	<u>18.163</u>
Tributos em parcelamento (*)	<u>3.181</u>	<u>-</u>
Total não circulante	<u>3.181</u>	<u>-</u>

(\*) Os tributos em parcelamento referem-se ao débito de Imposto de Renda e Contribuição Social dos anos calendários 2013 e 2014, junto a Receita Federal do Brasil no período de 60 meses e foram devidamente registrados no resultado de 2015.

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	127.969	160.360
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>(43.509)</u>	<u>(54.522)</u>
Adições permanentes	(587)	(474)
Juros sobre capital próprio - JSCP	1.693	2.273
Outros	1.063	1.290
Total dos impostos no resultado	<u>(41.340)</u>	<u>(51.433)</u>
IR e CSLL correntes	(41.091)	(50.843)
IR e CSLL diferidos	(249)	(590)
Aliquota efetiva	32,30%	32,07%

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário.

A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015.

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Civil	91	91
Tributário (a)	2.990	2.799
Trabalhista	161	161
Bloqueios judiciais	28	-
Total	<u>3.270</u>	<u>3.051</u>

- (a) Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco.

Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o valor depositado judicialmente será recuperado, não sendo necessária a constituição de provisão para riscos.

## 9. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo Invepar, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas informações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

## Composição

		31/12/2016				
		Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas	(Despesas)
Parte relacionada	Transação					
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	-	548	-	(6.264)
INVEPAR	Dividendos/JS CP	-	-	5.972	-	-
CART	Nota de débito (a)	41	-	-	-	-
PEX	Nota de débito (a)	26	-	-	-	-
PEX	Passagem pista AVI-PEX (b)	1.469	-	-	-	-
METRÔRIO	Nota de débito (a)	33	-	5	-	-
METRÔRIO	Debêntures (c)	12.848	120.981	-	15.713	-
	Total	14.417	120.981	6.525	15.713	(6.264)

  

		31/12/2015				
		Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas	(Despesas)
Parte relacionada	Transação					
INVEPAR	Nota de débito (a)	13	-	1.198	-	(6.673)
CART	Nota de débito (a)	41	-	-	-	-
PEX	Nota de débito (a)	6	-	-	-	-
PEX	Passagem pista AVI-PEX (b)	4.674	-	51	-	-
LAMSAC	Nota de débito (a)	464	-	-	-	-
METRÔRIO	Nota de débito (a)	33	-	-	-	-
METRÔRIO	Debêntures (c)	12.848	133.828	-	16.615	-
	Total	18.079	133.828	1.249	16.615	(6.673)

- (a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Os rateios, geralmente, são liquidados no prazo de 1 mês, por isso não sofrem a correção de juros.
- (b) O saldo de contas a receber é composto principalmente por R\$1.469 em 31 de dezembro de 2016 (R\$4.674 em 31 de dezembro de 2015) junto à parte relacionada PEX S.A., empresa controlada pela Invepar. Tal saldo a receber se refere à cobrança automática de pedágios (“Passe Expresso”), em que o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema pré-pago, sendo esse serviço prestado pela PEX S.A.. O prazo médio de recebimento é de 40 dias e não há cobrança de taxa de administração pelo serviço prestado. Os valores referentes a PEX estão representados na rubrica de contas a receber.

- (c) Conforme descrito na nota explicativa 13, em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de debêntures no montante de R\$154.170 do METRÔRIO, empresa controlada pela Invepar. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Principal recebido</u>	<u>Juros recebido</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	12.848	(12.847)	(16.061)	16.061	12.847	12.848
	<u>12.848</u>	<u>(12.847)</u>	<u>(16.061)</u>	<u>16.061</u>	<u>12.847</u>	<u>12.848</u>
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	133.828	-	-	-	(12.847)	120.981
	<u>133.828</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.847)</u>	<u>120.981</u>
Total debêntures	<u>146.676</u>	<u>(12.847)</u>	<u>(16.061)</u>	<u>16.061</u>	<u>-</u>	<u>133.829</u>
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Principal amortizado</u>	<u>Juros amortizados</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	8.734	(7.494)	(17.855)	16.615	12.848	12.848
	<u>8.734</u>	<u>(7.494)</u>	<u>(17.855)</u>	<u>16.615</u>	<u>12.848</u>	<u>12.848</u>
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	146.676	-	-	-	(12.848)	133.828
	<u>146.676</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.848)</u>	<u>133.828</u>
Total debêntures	<u>155.410</u>	<u>(7.494)</u>	<u>(17.855)</u>	<u>16.615</u>	<u>-</u>	<u>146.676</u>

### Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal chave do administrativo está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$2.326 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.034 em 31 de dezembro de 2015).

<u>Composição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pró-labore	1.347	573
Encargos	333	153
Bônus	320	193
Outros benefícios de curto prazo	326	115
Total	<u>2.326</u>	<u>1.034</u>

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.347.

## 10. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
<b>Custo</b>						
Etiquetas eletrônicas	20	274	-	-	-	274
Instalações	10	3.559	7	(12)	280	3.834
Máquinas e equipamentos	10	12.120	551	(243)	5.926	18.354
Móveis e utensílios	10	1.297	91	(122)	709	1.975
Veículos	20	4.800	1.374	(238)	-	5.936
Benfeitorias	4	3.609	101	(21)	69	3.758
Equipamentos de informática	20	4.202	130	(311)	1.858	5.882
Imobilizado em andamento		13.079	581	-	(8.842)	4.818
		<u>42.940</u>	<u>2.835</u>	<u>(947)</u>	<u>-</u>	<u>44.828</u>
<b>Depreciação</b>						
Etiquetas eletrônicas		(223)	(21)	-	-	(244)
Instalações		(2.844)	(172)	12	-	(3.004)
Máquinas e equipamentos		(5.964)	(1.311)	109	2	(7.164)
Móveis e utensílios		(508)	(126)	84	-	(550)
Veículos		(3.253)	(785)	221	-	(3.817)
Benfeitorias		(1.074)	(146)	7	-	(1.213)
Equipamentos de informática		(3.219)	(491)	306	(2)	(3.406)
		<u>(17.085)</u>	<u>(3.052)</u>	<u>739</u>	<u>-</u>	<u>(19.398)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>		<u>25.855</u>	<u>(217)</u>	<u>(208)</u>	<u>-</u>	<u>25.430</u>
<b>Taxas anuais de depreciação %</b>						
		31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
<b>Custo</b>						
Etiquetas eletrônicas	20	274	-	-	-	274
Instalações	10	3.559	-	-	-	3.559
Máquinas e equipamentos	10	12.035	226	(114)	(27)	12.120
Móveis e utensílios	10	1.072	440	(237)	22	1.297
Veículos	20	4.961	80	(241)	-	4.800
Benfeitorias	4	3.608	1	-	-	3.609
Equipamentos de informática	20	3.835	512	(199)	54	4.202
Imobilizado em andamento		6.761	6.367	-	(49)	13.079
		<u>36.105</u>	<u>7.626</u>	<u>(791)</u>	<u>-</u>	<u>42.940</u>
<b>Depreciação</b>						
Etiquetas eletrônicas		(203)	(10)	-	-	(223)
Instalações		(2.630)	(214)	-	-	(2.844)
Máquinas e equipamentos		(4.977)	(1.103)	92	24	(5.964)
Móveis e utensílios		(670)	(76)	234	4	(508)
Veículos		(2.779)	(629)	155	-	(3.253)
Benfeitorias		(930)	(144)	-	-	(1.074)
Equipamentos de informática		(2.991)	(395)	194	-	(3.219)
		<u>(15.180)</u>	<u>(2.581)</u>	<u>675</u>	<u>(28)</u>	<u>(17.085)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>		<u>20.925</u>	<u>5.045</u>	<u>(115)</u>	<u>-</u>	<u>25.855</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016.



## 11. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
<b>Custo</b>						
Software	5 anos	6.084	387	(15)	963	7.419
Direitos de concessão (amortização até 2037)	40 anos	468.906	28.525	(110)	54.842	552.163
Intangível em construção (*)		53.728	2.356	-	(55.805)	279
		<u>528.718</u>	<u>31.268</u>	<u>(125)</u>	<u>-</u>	<u>559.861</u>
<b>Amortização</b>						
Amortização acumulada software		(5.129)	(498)	15	-	(5.612)
Direitos de concessão		(164.152)	(14.656)	85	-	(178.723)
		<u>(169.281)</u>	<u>(15.154)</u>	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>(184.335)</u>
<b>Intangível líquido</b>		<u>359.437</u>	<u>16.114</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>	<u>375.526</u>

  

	Prazo de vida útil	31/12/2014	Adições	Transferências	31/12/2015
<b>Custo</b>					
Software	5 anos	5.986	98	-	6.084
Direitos de concessão (amortização até 2037)	40 anos	461.935	1.645	5.326	468.906
Intangível em construção (*)		17.823	41.231	(5.326)	53.728
		<u>485.744</u>	<u>42.974</u>	<u>-</u>	<u>528.718</u>
<b>Amortização</b>					
Amortização acumulada software		(4.645)	(484)	-	(5.129)
Direitos de concessão		(160.412)	(3.740)	-	(164.152)
		<u>(165.057)</u>	<u>(4.224)</u>	<u>-</u>	<u>(169.281)</u>
<b>Intangível líquido</b>		<u>320.687</u>	<u>38.750</u>	<u>-</u>	<u>359.437</u>

(\*) A adição do intangível em construção refere-se com maior relevância a revitalização de obras de artes especiais. A transferência realizada entre Intangível em construção para Direitos de concessão realizada nesta competência foi referente à construção de novo prédio administrativo e modernização do prédio existente.

### Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer para redução do valor do ativo intangível em 31 de dezembro de 2016.

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o saldo de empréstimos estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2016		
					Circulante	Não circulante	Total
Itaú	USD	3,298%	07/08/2018	3,389%	19.165	18.669	37.834
Santander	USD	5,161%	16/03/2020	5,161%	13.484	31.977	45.461
Custo de captação					(135)	(35)	(170)
<b>Total</b>					<u>32.514</u>	<u>50.611</u>	<u>83.125</u>

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2015		
					Circulante	Não circulante	Total
Itaú	USD	3,298%	07/08/2018	4,236%	11.931	44.735	56.666
Custo de captação					(230)	(170)	(400)
Total					11.701	44.565	56.266

Descrição	31/12/2015	Captações	Amortização principal	Varição cambial	Juros incorridos	Juros pagos	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2015
Passivo circulante									
Itaú (a)	11.931	-	(9.125)	(3.778)	1.457	(1.708)	-	20.388	19.16
Santander (b)	-	7.143	-	(879)	1.888	(1.195)	-	6.527	13.48
Custos a amortizar	(230)	-	-	-	-	-	230	(135)	(13)
	11.701	7.143	(9.125)	(4.657)	3.345	(2.903)	230	26.780	32.51
Passivo não circulante									
Itaú (a)	44.735	-	-	(5.678)	-	-	-	(20.388)	18.66
Santander (b)	-	42.857	-	(4.353)	-	-	-	(6.527)	31.97
Custos a amortizar	(170)	-	-	-	-	-	-	135	(3)
	44.565	42.857	-	(10.031)	-	-	-	(26.780)	50.61
Total de empréstimos e financiamentos	56.266	50.000	(9.125)	(14.688)	3.445	(2.903)	230	-	83.12

Descrição	31/12/2014	Captações	Varição cambial	Juros incorridos	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2015
Passivo circulante								
Itaú (a)	-	-	748	738	-	-	10.445	11.931
Custos a amortizar	-	-	-	-	(330)	100	-	(230)
	-	-	748	738	(330)	100	10.445	11.701
Passivo não circulante								
Itaú (a)	-	50.000	5.180	-	-	-	(10.445)	44.735
Custos a amortizar	-	-	-	-	(170)	-	-	(170)
	-	50.000	5.180	-	(170)	-	(10.445)	44.565
Total de empréstimos e financiamentos	-	50.000	5.928	738	(500)	100	-	56.266

- (a) Em 07 de agosto de 2015, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 14,320 sendo o dólar de início R\$3,49 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 3,2980% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – *Swap* próprio e foram adquiridas pelo Itaú BBA Internacional PLC.

O prazo de vencimento do empréstimo é de três anos, contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de agosto de 2018.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 10 de fevereiro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

- (b) Em 14 de março de 2016, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 13,736 sendo o dólar de início R\$3,64 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 5,1615% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – *Swap* próprio e foram adquiridas pelo Banco Santander (Brasil) S.A..

O prazo de vencimento do empréstimo é de quatro anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de março de 2020.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 14 de setembro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal ocorrerá a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, após o período de carência.

### Cláusulas restritivas

<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
Empréstimo Itaú BBA	ICSD	$\geq 1,3$	Anual
	DL/EBITDA	$\leq 2$	Trimestral*
Santander	DL/EBITDA	$\leq 3,0$	Anual**
	DL/EBITDA	$\leq 2,0$	Anual***

(\*) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

(\*\*) O Covenants até dezembro de 2017.

(\*\*\*) O Covenants a partir dezembro de 2017.

Durante o prazo de vigência do empréstimo será considerado um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (2) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2016, as cláusulas restritivas foram atendidas.

## 13. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2012, a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As debêntures fazem jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiador a METRÔRIO e foram adquiridas pela Caixa Econômica Federal.

O prazo de vencimento das debêntures é de 15 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012, no montante de R\$18.110 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures. O prazo de pagamento do principal é

equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$232.552, foi utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% de cada um dos Projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$154.170, foi utilizado para financiamento de até 90% dos Projetos do Fiador, previstos em seu Plano de Investimentos do Fiador. Em 31 de agosto de 2012, houve o repasse total deste montante para o Fiador. As condições do repasse realizado ao METRÔRIO são as mesmas da LAMSA junto à Caixa Econômica Federal e estão divulgados na nota explicativa 9.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Principal amortizado</u>	<u>Juros amortizados<sup>(1)</sup></u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo circulante						
Debêntures CEF	32.227	(29.541)	(36.094)	39.416	32.227	38.235
	<u>32.227</u>	<u>(29.541)</u>	<u>(36.094)</u>	<u>39.416</u>	<u>32.227</u>	<u>38.235</u>
Passivo não circulante						
Debêntures CEF	335.696	-	-	-	(32.227)	303.469
	<u>335.696</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(32.227)</u>	<u>303.469</u>
Total debêntures	<u>367.923</u>	<u>(29.541)</u>	<u>(36.094)</u>	<u>39.416</u>	<u>-</u>	<u>341.704</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Principal amortizado</u>	<u>Juros amortizados<sup>(1)</sup></u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante						
Debêntures CEF	22.064	(18.798)	(44.800)	41.534	32.227	32.227
	<u>22.064</u>	<u>(18.798)</u>	<u>(44.800)</u>	<u>41.534</u>	<u>32.227</u>	<u>32.227</u>
Passivo não circulante						
Debêntures CEF	367.923	-	-	-	(32.227)	335.696
	<u>367.923</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(32.227)</u>	<u>335.696</u>
Total debêntures	<u>389.987</u>	<u>(18.798)</u>	<u>(44.800)</u>	<u>41.534</u>	<u>-</u>	<u>367.923</u>

<sup>(1)</sup> Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

### Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD DL/EBITDA EBITDA/DFL	≥ 1,3 ≤ 2 ≥ 1,5	Anual Trimestral <sup>(ii)</sup> Trimestra <sup>(ii)</sup>

<sup>(ii)</sup> A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2016, as cláusulas restritivas foram atendidas.

#### 14. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

##### Riscos prováveis

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>
Cíveis	379	95	(166)	308
Trabalhistas	155	726	(444)	437
Total	<u>534</u>	<u>821</u>	<u>(610)</u>	<u>745</u>

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Cíveis	71	342	(34)	379
Trabalhistas	434	37	(316)	155
Total	<u>505</u>	<u>379</u>	<u>(350)</u>	<u>534</u>

##### a) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Em 31 de dezembro de 2016, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$5.341 (R\$5.159 em dezembro de 2015).

##### b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

Em 31 de dezembro de 2016, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$1.497 (R\$1.264 em dezembro de 2015).

##### c) Riscos tributários

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, relativa ao Auto de Infração lavrado pela Receita Federal referente a retenção e recolhimento indevidos do IRRF ano calendário de 2000, por se tratar de um pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, conforme detalhado na nota explicativa 8.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída a provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável.

Em 31 de dezembro de 2016, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$2.063 (R\$2.015 em dezembro de 2015).

d) Riscos administrativos

A Companhia é parte em processo administrativo com manifestação de inconformidade ao despacho decisório nº 825049050, que não homologou a PER/DCOMP nº 30450.01505.310105.1.3.04-2054, referente à compensação de valores pagos a maior a título de IRPJ no período de setembro/2004, com valores de IRPJ pagos no período de dezembro/2004.

Em 31 de dezembro de 2016, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$22 (R\$22 em dezembro de 2015).

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$10.824, já atingindo o limite máximo de 20% do capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	86.629	108.927
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	21.657	27.232
Dividendos antecipados	21.739	53.183
Juros sobre capital próprio	4.980	2.702
Dividendos adicionais a distribuir	59.910	53.042

Em 18 e 31 de março de 2016, os montantes de R\$23.851 e R\$29.191, respectivamente, foram pagos dividendos adicionais referentes a 2015.

Em 03 de maio de 2016, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos, aprovou a antecipação de distribuição de dividendos pela Companhia no valor de R\$21.739, com base no resultado do primeiro trimestre de 2016, que deverão ser pagos conforme disponibilidade de caixa da LAMSA.

Em 09 de maio de 2016, o montante de R\$10.000 referente a antecipação de dividendos de 2016 foi pago.

Em 10 de outubro de 2016, o montante de R\$10.000 referente a antecipação de dividendos de 2016 foi pago.

Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia proviou o montante de R\$4.980 referente a juros sobre capital próprio (“JSCP”), com base no resultado acumulado até 31 de outubro de 2016, foi retido R\$747 de IRRF.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a pagar é de R\$5.972, sendo R\$1.739 referente aos dividendos do primeiro trimestre e R\$4.233 do JSCP de 2016, líquido do imposto de renda.

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

## 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita bruta de pedágio	282.799	298.366
Receita de construção	31.268	42.876
Impostos sobre serviços	<u>(24.671)</u>	<u>(26.138)</u>
Receita operacional líquida	<u>289.396</u>	<u>315.104</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção e o custo de construção (nota explicativa 17), proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

## 17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal e encargos	(35.651)	(33.341)
Conservação e manutenção	(16.202)	(15.791)
Comunicação, marketing e publicidade	(154)	(219)
Seguros e garantias	(1.640)	(1.833)
Serviços de terceiros	(4.363)	(5.114)
Veículos	(890)	(927)
Consultoria e assessoria	(339)	(1.019)
Aluguéis	(419)	(682)
Impostos e taxas	(282)	(1.054)
Energia elétrica	(3.594)	(3.255)
Perda efetiva contas a receber	(3.803)	(1.833)
Provisão para riscos	(211)	(37)
Partes relacionadas	(6.264)	(6.673)
Depreciação e amortização	(18.206)	(6.805)
Custo de construção	(31.081)	(42.534)
Outros	(3.381)	(6.077)
Custos e despesas totais	<u>(126.480)</u>	<u>(127.194)</u>
Custo de serviços prestados	(69.799)	(61.034)
Custo de construção	(31.081)	(42.534)
Despesas gerais e administrativas	(27.452)	(23.473)
Outras despesas operacionais, líquidas	1.852	(153)
Custos e despesas totais	<u>(126.480)</u>	<u>(127.194)</u>

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Desconto obtidos	13	36
Juros sobre aplicações financeiras	1.261	2.044
Operações de instrumentos financeiros derivativos	-	2.766
Variação monetária ativa	191	209
Variação cambial ativa	31.518	1.760
Juros sobre debêntures	15.713	16.615
Total receitas financeiras	<u>48.696</u>	<u>23.430</u>
Comissões e despesas bancárias	(223)	(159)
Variações cambiais passivas	(16.808)	(7.696)
Variações monetárias passivas	(465)	-
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(22.057)	-
Juros passivos	(750)	(621)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(42.860)	(42.272)
Outros	(480)	(232)
Total despesas financeiras	<u>(83.643)</u>	<u>(50.980)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(34.946)</u>	<u>(27.550)</u>



## 19. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2016			31/12/2015		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico						
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	28.873	57.756	86.629	36.305	72.622	108.927
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Resultado básico e diluído por ações (em reais – R\$)						
	<u>0,556</u>	<u>0,556</u>	<u>0,556</u>	<u>0,699</u>	<u>0,699</u>	<u>0,699</u>

## 20. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia	22.528	18/12/16 a 18/12/17	Austral
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/16 a 01/08/17	Tokio Marine
Riscos operacionais	280.000	01/08/16 a 01/08/17	Bradesco
Automóvel frota	Tabela FIPE	29/11/16 a 29/11/17	Itaú
D&O*	100.000	20/01/17 a 20/03/17	XL Seguros Brasil

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

\*A apólice de seguro Resp. Civil Administradores D&O venceu em 20 de março de 2017 e foi renovada até 20 de março de 2018.

## 21. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados na medida em que são prestados:

<u>Contratado</u>	<u>Serviço</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Data assinatura</u>	<u>Prazo vigência</u>
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	149	10/11/2008	Indeterminado
Arjo	Segurança	65	31/03/2012	Indeterminado
Rizoma Engenharia	Serviços de Limpeza	312	30/08/2015	Indeterminado
Cerbera Prestação	Vigilância Patrimonial	46	31/03/2012	Indeterminado

A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	34.962	-	6.164	-
Aplicações financeiras	1.432	-	3.370	-
Créditos a receber	-	16.913	-	17.775
Debêntures	-	133.829	-	146.676
Partes relacionadas	-	100	-	557
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.766	-
<b>Total do ativo</b>	<b>36.394</b>	<b>150.842</b>	<b>12.300</b>	<b>165.008</b>

Passivos				
Fornecedores	-	2.897	-	4.181
Partes relacionadas	-	553	-	1.249
Empréstimos e financiamentos	-	83.125	-	56.266
Debêntures	-	341.704	-	367.923
Instrumentos financeiros derivativos	9.396	-	-	-
Total do passivo	9.396	428.279	-	429.619

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação da CDI, SELIC e IPCA. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política da Companhia negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. A Companhia mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	13,63%	10,22%	6,82%
DI Passivo (% ao ano)	13,63%	17,04%	20,45%
TR Ativo (% ao ano)	2,01%	1,54%	1,01%
TR Passivo (% ao ano)	2,01%	2,57%	3,02%
SELIC (% ao ano)	13,65%	10,24%	6,83%
IPCA Ativo (% ao ano)	6,29%	4,72%	3,15%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

*Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros*

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
<u>Ativo financeiro</u>					
Aplicações Financeiras					
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	21	3	2	1
Títulos públicos federais - NTN-B	IPCA	8	1	-	-
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	1.403	191	143	96
Debêntures METRÓRIO a receber	TR	133.829	2.690	2.061	1.345
<u>Passivo financeiro</u>					
Debêntures CEF	TR	341.704	6.868	8.782	10.302
Empréstimos – Itaú/ Santander	DI	83.125	11.330	14.162	16.995
SWAP - Itaú	DI	9.396	1.281	1.601	1.921

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

g) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu, a Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira.

h) Derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui operações com característica de *hedge*.

Em aberto:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2016
								Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Itaú	07/08/2018	50.000	38.256	43.199	(4.665)	(4.943)
Swap	USD/CDI	Santander	16/03/2020	50.000	50.360	54.813	(4.354)	(4.453)
						Passivo circulante		<u>(9.396)</u>
Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2015
								Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Itaú	07/08/2018	50.000	57.479	54.713	3.660	2.766
						Ativo circulante		<u>2.766</u>

Liquidados:

31/12/2016						
Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
Swap (Dólar x DI)	ITAU BBA	07/08/2015	10/02/2016	USD 50.000	3,8975	(2.871)
Swap (Dólar x DI)	ITAU BBA	07/08/2015	08/08/2016	USD 50.000	3,1859	(3.952)
Swap (Dólar x DI)	Santander	07/08/2015	14/09/2016	USD 50.000	3,2972	(3.071)
					Total	(9.894)

### 23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Saldo inicial</u>		
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidado financeiramente (Fornecedores)	726	2.164

### 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1º de janeiro de 2017, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro publicou o decreto 42.771, com a dispensa da cobrança de tarifa de pedágio para motocicletas. Conforme estabelecido no contrato de concessão e no próprio Decreto, caso essa medida unilateral gere um eventual desequilíbrio econômico-financeiro, deverão ser propostas as correspondentes medidas compensatórias.